

A CONSTRUÇÃO DO PONTO DE VISTA (PDV) EM TEXTOS ACADÊMICOS

Vanessa Fabiola Silva de Faria (UFRN)
vanessafabiola@ig.com.br

Introdução

Le rituel socio-langagier de la communication académique supposerait qu'on sache distinguer strictement un matériau d'analyse, l'infratexte et un jeu de références théoriques, l'intertexte, pour en dégager des égotextes (...) (JEANNERET, Y., 2004, p.6)

Vários autores, no panorama acadêmico nacional, têm se dedicado ao estudo da escrita no ensino superior, dentre eles Barzotto (1990, 2007), Fabiano (2004, 2007), Riolfi (2007), Ribeiro (2009), numa vertente que privilegia o agenciamento da singularidade da escritura acadêmica, e, em outras vertentes, focando mais a apropriação da especificidade dos mecanismos textuais dos gêneros acadêmicos, Motta-Roth (2001, 2010, 2011). Em todos esses autores observou-se uma preocupação com a qualidade da produção acadêmica, atribuída pelos primeiros, a um modelo de formação que apenas favorece a adesão acrítica às formulações teóricas diversas estudadas nos cursos de Letras, e pelos segundos à dificuldade dos alunos em apropriar-se da especificidade dos gêneros acadêmicos. De um modo geral, o que se percebe é que muitos alunos apresentam dificuldade na produção escrita de seus trabalhos, tanto no que diz respeito à estrutura do texto acadêmico quanto à elaboração de uma cadeia argumentativa eficiente que lhe permita uma exposição clara de teorias, resultados de dados analisados e um posicionamento pessoal. Tal consideração parece identificar na linguagem científica um código instrumental que deve ser dominado pelo aluno a fim de que possa garantir ao seu texto padrões mínimos de aceitabilidade pela comunidade acadêmica. A experiência de pesquisa dos alunos de Letras é identificada nos gêneros acadêmicos, em textos escritos, reconhecíveis principalmente pelo recurso a uma série de léxico específico, indicadores de uma “linguagem da ciência”, em modelos já legitimados e consagrados pela tradição.

Essa discussão, neste artigo, se encaminha para uma reflexão acerca das posições enunciativas que participam da construção do ponto de vista (PDV), tendo como principal objetivo a identificação de marcas linguísticas que evidenciam a ocorrência de sobrenúnciação (predominância da voz do discurso citante em relação ao discurso citado), de subenúnciação (predominância da voz do discurso citado em relação ao discurso citante) e co-enúnciação (equilíbrio na projeção das vozes no texto, tanto do discurso citado como do citante) na construção do ponto de vista, abordada na perspectiva enunciativo-discursiva. Neste empreendimento, identificaram-se tais posicionamentos enunciativos em textos produzidos no âmbito acadêmico, tanto em textos produzidos por aluno de graduação quanto por pesquisadores experientes e renomados.

À identificação dos segmentos de ocorrência dos três tipos de posturas enunciativas seguiu-se uma análise identificando as marcas linguísticas indiciadoras, em que se postula, por exemplo, que a simples existência de um conectivo adversativo como “mas”, “porém”, “entretanto”, etc, não significam, por si só, uma reorientação da direção argumentativa, já que, às vezes, como se comprova num excerto, essa reorientação já pertence ao discurso citado, não sendo assim um contraponto de L1/E1 às proposições de e2. Além disso, a análise demonstrou que ainda que se recorra à mobilização do discurso outro (ou discurso reportado) com ou sem marcas indiciadoras de quadros mediativos, pode-se manter a responsabilização enunciativa, sendo esta um fenômeno de abrangência maior do que a prise en charge (PEC), deste modo, postula-se que a responsabilização e o seu revés, a desresponsabilização, estariam muito mais relacionadas às posturas de sobrenúnciação, co-enúnciação e subenúnciação do que à mobilização do discurso outro, mesmo porque ninguém parte do zero absoluto, sobretudo, na escrita científica, em que, habitualmente, se parte de um quadro teórico-metodológico já estabelecido e, por vezes, consagrado numa determinada tradição de pesquisas.

Por fim, esclarece-se a configuração deste trabalho: no primeiro tópico discorre-se sobre questões de ordem teórica e se esclarecem alguns conceitos-chave da pesquisa: os conceitos de PDV e outros relacionados, definindo-se também questões de ordem terminológica que distinguem RE de PEC, em seguida, apresentam-se as opções metodológicas e elencam-se três categorias de análise para se classificar os excertos propostos para análise, são elas: co-enunciação, subenunciação e sobrenunciação. Posterior a esta seção, apresentam-se, unificados numa única seção, os tópicos denominados resultado e discussão, destinados à apresentação dos achados da pesquisa, em que se apresentam os excertos e sua análise. Finalizando, a conclusão aponta algumas reflexões proporcionadas pelos achados e sua análise.

1. Referencial Teórico

1.1 O Ponto de vista (PDV) e outros conceitos relacionados.

Conceito herdado da tradição dos estudos narratológicos, em que era também articulado à noção de focalização, é introduzido posteriormente na Linguística para definir uma dada representação sobre um objeto do discurso por parte de uma fonte enunciativa e de acordo com seus interesses pragmáticos, trata-se de uma dimensão a um só tempo cognitiva e pragmática. (Rabatel, 2003, 2004, 2005, 2009). Pode-se dizer que são mobilizadas várias das noções a ele articuladas (PEC, imputação, *Prise en compte*, *effacement énonciatif*, etc) na produção da representação sobre o objeto do discurso. Tal variedade de conceitos correlatos obriga o pesquisador, a, minimamente, estabelecer os limites e fronteiras do conceito com outros correlatos, esclarecendo-se questões de ordem terminológica e conceitual.

1.1.2 A responsabilidade, a *prise en charge*, imputação e outros dispositivos atuantes na construção do PDV

Moirand (2006) observa que, embora muito frequentemente o termo responsabilidade seja associado à *prise en charge*, eles não devem ser confundidos, uma vez que ela toma a responsabilidade como um fenômeno de ordem filosófica, ética e moral, mais abrangente que a *prise en charge*. Enquanto noção filosófica está associada à ética das práticas languageiras midiáticas, mas, evidentemente, pode-se estender essa noção para além da linguagem jornalística. A autora entende que a responsabilidade se manifesta numa ética relacionada ao ato de nomear, às escolhas lexicais, bem como certas formulações ou construções sintáticas e na forma de representar o discurso de outros.

Rabatel e Chauvin-Villeno (2006, p.2) aproximam o universo jornalístico do científico quando se questionam: *“Peut-on s’interroger sur la responsabilité des journalistes sans s’interroger sur celle des chercheurs particulièrement linguistes et analystes du discours?”*

A partir daí, se incumbem de delinear a noção de responsabilidade: frequentemente, tanto nos gêneros midiáticos quanto na escrita científica, o falante não interfere diretamente mas tem sua voz representada por um “porta-voz”, mediador das palavras e/ou ideias de outro, de forma que a responsabilidade estaria diretamente relacionada ao gerenciamento das fontes enunciativas num texto, e, de acordo com os autores, embora não haja marcas específicas dessa responsabilidade, pode-se dizer que ao menos as escolhas linguísticas são dependentes de um querer dizer, em outras palavras, a responsabilidade é co-construída na interação, em que as marcas linguísticas, discursivamente atualizadas e dependente de gêneros e situações, refletem as escolhas de locutores/enunciadores. Cortez (2011, p.73-75), partindo de Moirand (2006) aponta duas questões extremamente relevantes para esta pesquisa: primeiro, a ideia de que a responsabilidade não é um fato exclusivo da relação entre sujeito e enunciado ou sujeito e objeto, mas, sobretudo, da relação que se pode estabelecer sobre o modo como sujeitos e discursos se posicionam acerca de um dado objeto. Desta forma (e isso é precisamente um dos apontamentos mais importantes na reflexão da autora) a estrutura do enunciado ou se os enunciadores se omitem ou se mostram não é o aspecto mais relevante da questão, e sim, das “relações interacionais entre os discursos que se enunciam e se reencontram e que enunciam a relação com os discursos outros” (Cortez, 2011, p.74). Assim, a responsabilidade se relaciona com o PDV

através da intervenção que se faz naquilo que se dá a ver nas interações, em outras palavras, de como L1/E1 se posiciona em relação ao discurso de outro.

Em todos os autores pesquisados, observa-se uma fronteira muito tênue entre responsabilidade e prise en charge, chegando-se por vezes à confusão entre os termos. No entanto, Cortez (2011) postula (e parece muito pertinente tal proposição) que os dois fenômenos se diferenciam no nível enunciativo: enquanto a prise en charge é um fenômeno localizado num nível local, no enunciado, a responsabilidade é mais abrangente, englobando não apenas a prise en charge mas também outras operações enunciativas, tais como: engajamento, apagamento enunciativo, imputação e mediativo: “(...) a prise en charge (PEC) pode ser situada como uma *operação textual-discursiva pontualizada*, que obviamente tem suas consequências no âmbito mais amplo da responsabilidade enunciativa – esse comportamento discursivo ligado à ética e à moral.” (Cortez, 2011, p. 75). É desta forma, então, que a autora distingue responsabilidade de prise en charge: a responsabilidade é tomada como um comportamento e não apenas como fenômeno linguístico.

Ao contrário de Desclès (2009), que parece relacionar a PEC a questões de vericondicionalidade, Rabatel (2009) não concebe a PEC fundada exclusivamente em critérios de verdade, sujeitos à subjetividade e à relatividade, sendo algo que tangencia a PEC, mas não pode ser tomada como uma característica exclusiva. Isto porque a realidade do locutor não corresponde necessariamente ao que é real no mundo, um objeto de existência concreta no mundo, antes, corresponde a aquilo que o locutor assume como verdadeiro, e, portanto, assevera.

Partindo da concepção culioliana de prise en charge (toda asserção, afirmativa ou negativa é uma prise en charge efetuada pelo enunciador), Desclès (2009) propõe um “esquema mínimo da enunciação simples” para contrapor ao esquema do discurso reportado. Em seu esquema mínimo, o autor descreve os esquemas que vão desde a manifestação da prise en charge num nível mais simples, o da crença, até o nível máximo da asserção, o engajamento. A prise en charge simples é expressa pelo “EU-DIGO”, e implica em tomar o locutor como enunciador: Dans l'énonciation simple, le locuteur «est» l'énonciateur, d'où le schème minimal d'énonciation [JE-DIS] et ses variations dérivées (p.32). Já o engajamento é considerado, pelo autor, como o resultado de uma composição funcional com a prise en charge, sendo expressa por [EU DIGO (QUE É VERDADE)], de modo que a asserção “prend en charge”, em outras palavras, afirma a verdade de uma proposição por meio de operações realizadas sobre a relação predicativa. Mas, que não se confunda essa noção de verdade com uma correspondência entre o que é dito e o estado de coisas no mundo. A verdade afirmada, à qual o autor se refere, exprime um julgamento sobre um acontecimento, processo ou estado, referencialmente situado, e, principalmente, segundo Desclès, não implica, necessariamente em engajamento:

La prise en charge simple aboutit à la construction d'un référentiel énonciatif qui se confond éventuellement, chez certains analystes, avec la création d'un « univers de croyance ». Selon A. Culioli, la « prise en charge » impliquerait seulement une croyance dans ce qui est vrai, ce qui ne veut pas dire, remarquons-le, que l'énonciateur s'engage alors complètement, comme il le ferait par une assertion : « Au sens technique de prise en charge : dire ce que l'on croit (être vrai). Toute assertion (affirmative ou négative) est une prise en charge par un énonciateur. » (Culioli 1999 : 131).. Croire à la vérité de 'P' n'est pas l'asserter ; asserter 'P', c'est nécessairement prendre en charge 'P'. **On peut croire (et le dire en prenant en charge sa croyance : je crois, je pense...) sans pour cela s'engager sur la vérité de ce qui est dit. (exemples : Je crois qu'il est venu mais je n'en suis pas vraiment sûr/Je crois que la conjecture de Riemann est exacte mais je ne peux pas vous l'assurer.)** (DESCLÈS, J.J., 2009, p. 35, grifo meu)

Para Haillet (2004, p.10) “*Un point de vue représenté comme émanant du locuteur l'est nécessairement comme assumé par lui (...)*”, assim, é representado de forma integrada à realidade do locutor. Já Laurendeau (2009), partindo de um conceito culioliano de prise en charge (toda asserção, afirmativa ou negativa, é uma prise en charge de seu enunciador) atrela-a à noção de engajamento: “*Le sujet énonciateur s'implique dans sa prise de parti, s'y engage.*”

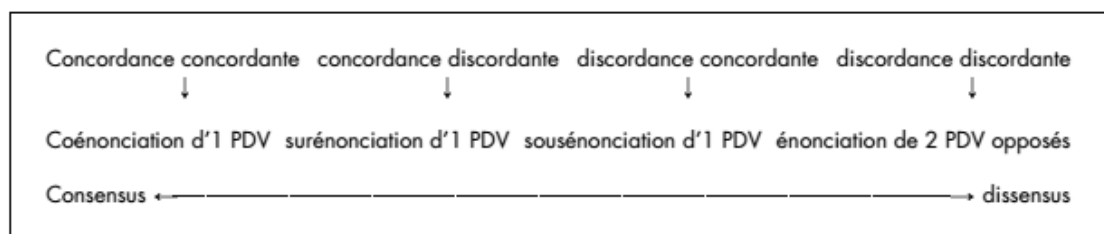
Depreende-se, das leituras realizadas para esta pesquisa, que, ainda que o enunciador assumira um conteúdo como emanando de si, isso ainda não implicaria, necessariamente, num engajamento, pois respaldando-se em Rabatel (2009), PEC e engajamento não se confundem se se toma o engajamento por um equivalente de força ilocutória, podendo haver PEC com ou sem engajamento, o que ocorre é que na presença de uma PEC explícita, maior é a força ilocutória, e um conteúdo de baixa força ilocutória não implica, necessariamente, em ausência de PEC: “Plus la force illocutoire est marquée, plus le locuteur s’investit dans son dire (cf. (4)), mais une force illocutoire faible n’entraîne pas la non PEC de la vérité de l’énoncé par le locuteur/énonciateur” (Rabatel, 2009, p.7).

Para aumentar um pouco mais a complexidade do problema, no enquadre rabateliano a distinção enunciador/ locutor é relevante, na medida em que põe em jogo nuances diversas da interação verbal, em que a questão da PEC se complexifica. Em Rabatel (2009) se encontra a proposta de estender-se a noção de PEC para além do locutor/enunciador primeiro. Sob esta perspectiva compreende-se que outros enunciadores (os segundos) podem ser considerados por uma outra forma de PEC: trata-se da imputação, mecanismo que possibilita L1/E1 se posicionar diante de um PDV de e2. O autor constata que há uma diferença considerável entre a PEC de L1/E1 no e pelo discurso, o conteúdo que ele assume integralmente e o fato de ele atribuir, imputar um ponto de vista a uma outra instância (sobretudo quando esta nada diz), fazendo com que se pressuponha que tal conteúdo tenha sido anteriormente proferido. É por isso que o autor considera a imputação como uma PEC indireta com “responsabilidade limitada”, uma vez que L1/E1 atribui um PDV a e2.

Com isso, chega-se aos postulados de Rabatel e Chauvin Villeno, 2006, p. 10, sobre as diferentes formas de encenação enunciativa, tais como: i) o locutor falando por si, ii) recorrer a um ou vários enunciadores abstratos, iii), colocar em cena diversos enunciadores, cujos pdv’s apenas um corresponde ao seu próprio, iv) recorrer a vários enunciadores não hierarquizados entre si, atrás dos quais se oculta, e, por fim, v) recorrer a vários enunciadores com os quais o locutor/enunciador está de acordo. Tais flutuações permitiriam ao sujeito “brincar de esconde-esconde” no cenário enunciativo: concordar ou contrapor-se às opiniões, para depois se reapropriar de um espaço enunciativo dominante. É dessa “brincadeira de esconde-esconde” que trata este trabalho. No jogo enunciativo entram em cena diversas instâncias cujas relações são tensionadas pelo modo de gerenciamento das vozes, e o modo como o enunciador se posiciona, num continuum gradiente entre o acordo e o desacordo que se estabelecem as posturas de sobrenunicação, subenunicação e co-enunicação.

Na tensão entre as relações entre os enunciadores demarcam-se os fenômenos de PEC diretamente relacionados à construção do PDV, possibilitando o gerenciamento de posições no discurso por L1/E1, que pode representar, da maneira que lhe convier, seu pdv e de outros.

Essa movimentação é representada no esquema proposto por Rabatel e Lepoivre (2006, p.68), em que se demonstram as posturas enunciativas em simetria ou dissimetria em relação aos demais enunciadores, caracterizando a hierarquização dos enunciadores no discurso:



Desta forma compreende-se a concordância concordante como a única e verdadeira forma de coenunicação; a concordância discordante como sobreenunicação e a discordância concordante como subenunicação. Destas, apenas a coenunicação resulta de uma co-locação com a prise en charge de um PDV comum; a subenunicação, bem como a sobreenunicação, subjazem a uma co-construção de um único PDV num tópico da sequência, sem que haja um igual engajamento de ambos: enquanto o sobreenunciador impõe seu PDV a um outro, como se seu PDV fosse apenas uma paráfrase do PDV do interlocutor, o subenunciador retoma o PDV de outro, distanciando-se, sem, no entanto, substituí-

lo por outro contrário. Enfim, ambos os posicionamentos evidenciam uma assimetria na construção de um conteúdo proposicional, assumida pelos dois locutores seja por meio de retomadas ou reformulações, enquanto a discordância discordante, o polo extremo do continuum representado no esquema, evidencia a expressão manifesta e explícita de dois PDVs antagônicos. Diante da importância das interações assimétricas, faz-se necessário um aparte para se esclarecer que as posturas enunciativas assumem, no conjunto das reflexões rabatelianas, um sentido muito específico e não se pode confundir-las com a posição ou pdv de L1/E1, de forma que se a PEC e a imputação implicam em diferentes enunciadores cuja relação nem sempre é simétrica conclui-se, forçosamente, que tais relações são hierarquizadas no discurso, e é desse sistema de hierarquização que se trata nas posturas enunciativas: as noções de coenunciação, subenunciação e sobre-enunciação.

A hierarquização das instâncias enunciativas demonstra a instabilidade no papel que desempenham no cenário enunciativo: nem sempre estão em consonância, podendo não partilhar do mesmo ponto de vista, ou ainda, enunciando em lugares e/ou papéis diferentes. Desta forma, na construção do pdv pode ocorrer ou não a equivalência ou simetria enunciativa, havendo, manifestasse o enunciador em coenunciação, não havendo simetria, manifestam-se dois tipos distintos de enunciador: um que manifesta um pdv dominado, o subenunciador, e outro que manifesta um pdv dominante, o sobre-enunciador.

Na definição rabateliana de posturas enunciativas imbricam-se, necessariamente, posicionamentos de acordo e desacordo entre PDV's, resultantes do modo como L1/E1 se posiciona na interação na relação entre os interlocutores:

Cette hiérarchisation des énonciateurs dépend en dernière instance des liens que le locuteur/énonciateur primaire noue avec les énonciateurs des PDV, suivant que ce dernier prenne en charge tel PDV, ou qu'il se contente de rapporter/asserter tel autre PDV sans en assumer le contenu ni, surtout, les implications. (RABATEL, A., 2005, p. 60)

Partindo-se das considerações do autor, compreende-se que há, do ponto de vista cognitivo, uma multiplicação dos conteúdos proposicionais e dos enunciadores, o que complexifica a questão e demanda uma estratégia no modelo de análise rabateliano: a idéia do reagrupamento dos conteúdos proposicionais segundo três critérios, a saber, i) agrupamento de acordo com o conteúdo referencial, ou todos os conteúdos proposicionais tratando do mesmo referente; ii) de acordo com a fonte enunciativa, sendo todos os conteúdos proposicionais advindos da mesma origem enunciativa e iii) de acordo com a orientação argumentativa, em que todos os conteúdos proposicionais são co-orientados, aos quais, eventualmente, podem se juntar os conteúdos proposicionais anti-orientados integrados à orientação argumentativa do enunciador principal.

Outro aspecto muito importante na problemática do pdv e hierarquização das posturas enunciativas foi observado por Cortez (2011): a coenunciação não se evidencia, necessariamente, pelo equilíbrio na distribuição das falas. Assim, mesmo que haja um locutor dominante, que fala mais, isso não significa exatamente que haja dissimetria de posições enunciativas, e, portanto, pode haver, sim, coenunciação em tal arranjo textual. Dessa observação decorre a constatação de que as posturas enunciativas não dependem da quantidade de falas proferidas por cada locutor/enunciador, mas das relações que eles mantêm entre si e, sobretudo, da maneira como os pdvs são representados. Onde também se conclui que um locutor não pode ser considerado subenunciador apenas se falar menos ou sobre-enunciador se falar mais, bem como a assunção de uma postura ou outra postura, sobre-enunciação ou subenunciação, implica necessariamente superioridade ou inferioridade enunciativa, logo não se pode avaliar como sendo melhor ou se sabe mais este ou aquele enunciador, mas, apenas que a postura de sobre-enunciação implica em apresentar o enunciador como avalista da verdade, apresentando seu pdv como fidedigno. A afirmação desse enunciador é garantida ao se mantê-lo no centro da interação de tal forma que seu pdv pode chegar até a desempenhar função de tópico discursivo. Trata-se de um enunciador que intervém em interações dissonantes, aproveitando a posição e o conteúdo do dizer do subenunciador.

Nesta relação entre enunciadores, tensionada e caracterizada pela instabilidade das

posturas enunciativas, revela-se uma disputa de lugares, a partir dos quais o sobrenunciador se afirma, o que leva Cortez (2011, p.93) a sugerir que tal dissimetria evidencia a manifestação da subjetividade na representação dos pontos de vista. Não se trata, evidentemente, de uma subjetividade manifestada apenas por um “eu”, ou um pdv expresso por “eu acho que.” ou outras fórmulas que evidenciem julgamento de valor dos enunciadores. Esta subjetividade que não se revela apenas por meio de um “eu” é considerada como um mecanismo que possibilita ao sujeito colocar-se no lugar de um outro, e, uma vez deslocado, representa o PDV de outro enunciador por meio de dispositivos como a PEC e a imputação. Na hierarquização dos enunciadores esses dispositivos cumprem a função de acentuar o discurso outro demonstrando que L1/E1, invariavelmente, se expressa por meio de um PDV alheio, sendo próprio de si apenas o posicionamento em relação a esses PDV's. Entende-se que a identificação das posturas enunciativas é uma tarefa importante no exercício de análise do PDV e de sua construção, permitindo também ponderar sobre as relações de força entre os enunciadores e o PDV principal que funciona como o fio condutor da orientação argumentativa do texto. É também pela via do dialogismo, pela heterogeneidade do sujeito falante, que os estudos do pdv se imbricam com o campo do discurso reportado, tendo, ambos, como objeto comum os estudos sobre a heterogeneidade enunciativa, a representação do discurso outro e do discurso interior. Assim, definir e delinear os contornos que caracterizam o pdv implica também em discutir sua relação com o discurso reportado, por esta razão, é pelo modo como o discurso citado (e2) é apresentado no texto que encontraremos as posturas categorizadas em Rabatel (2006). É das implicações de tais relações entre enunciadores que se cuidará demonstrar no tópico em que se apresentam as discussões, na sequência ao próximo item, que trata dos aspectos metodológicos e dos achados da pesquisa.

2. Metodologia

Metodologicamente, este artigo apresenta uma abordagem qualitativa, de cunho bibliográfico-documental, enfocando os recursos linguísticos que evidenciam determinadas posições do enunciador em relação ao discurso citado.

A abordagem qualitativa é de cunho racional, muito aplicada na área das ciências humanas, por atuar fortemente em estudos ligados a análise de subjetividades, sendo moldada ao longo do seu desenvolvimento. Outro fator importante é a ausência quase total de ferramentas estatísticas e a utilização em temas de estudo fundamentalmente interpretativos.

Outras características são apresentadas por GIL (2007):

a) busca entender um fenômeno específico em sua profundidade; b) possui um caráter mais descritivo, indutivo; c) é mais participativa, sem uso de estatísticas; d) são exploratórias e diretas; e) aborda pequenos grupos de entrevistados; e) é baseada em dados descritivos (coletados em contato direto do pesquisador com a situação objeto de estudo).

O método da pesquisa bibliográfico-documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. Assim, esta pesquisa não se confunde com a bibliográfica.

Segundo GIL (2007, p.65). a pesquisa bibliográfico-documental consiste na busca de referencial sobre o assunto pesquisado consultando a literatura disponível na finalidade de proporcionar embasamento à pesquisa.

O corpus é composto por quatro amostras de textos de um único gênero: dois artigos de livros da área de Linguística e dois artigos produzidos por alunos de graduação.

Na análise da amostra do corpus, o fio condutor foram as reflexões sobre aspectos enunciativos envolvidos na escrita acadêmica, especialmente no que diz respeito às posturas enunciativas.

2.1. Categorias de análise:

Foram elencadas três posturas enunciativas consideradas relevantes na constituição do PDV e que demonstram

São elas: a co-enunciação, a sobrenunciação e a subenunciação, cujas definições procurei

sistematizar na tabela abaixo:

Co-enunciação	A coenunciação, obviamente rara na medida em que o conjunto dos pontos de vista demonstram efeitos de desigualdade, corresponde ao caso em que duas vozes se sobrepõe, momentaneamente, ou seja, ocorre a “co-construction par les énonciateurs d’un point de vue qui se donne comme point de vue commun et partagé”.
Subenunciação	A subenunciação caracteriza o caso em que um ponto de vista se apresenta, no texto, como interacionalmente dominado.
Sobrenunciação	A sobre-enunciação caracteriza um ponto de vista interacionalmente dominante de um enunciador sobre outro.

A tais posturas enunciativas correspondem determinadas marcas linguísticas que as evidenciam as posicionamentos diversos bem como as mudanças de orientação argumentativa.

3. Resultados e Discussão

Os achados desta pesquisa serão aqui listados e classificados enquanto posturas enunciativas, a relação entre essas posturas e implicações na construção do PDV são discutidas concomitante à classificação dos segmentos de texto selecionados. Optou-se aqui por marcar em negrito as marcas indiciadoras de simetria enunciativa (em que ocorre co-enunciação), em itálico as de dissimetria (casos de subenunciação ou sobrenunciação) e sublinhar as mudanças de orientação argumentativa resultantes seja da sobrenunciação, seja de co-enunciação.

3.1 Das ocorrências de co-enunciação

Artigo 1:

(A) Neste trecho é possível perceber o uso do pronome possessivo “seu” de maneira correta, visto que este se trata de um caso de referência anafórica usada para que o leitor compreenda que a palavra “pai” está relacionada com o sujeito “Cândida”. **De acordo com as propostas de Fávero, este pronome** se comporta como uma pro – forma pronominal e desempenha função de pro – sintagma para que não fosse necessário repetir a palavra “Cândida”. Porém o pronome “dele” causa uma ambiguidade no sentido, pois não foi especificado a quem este faz referência, podendo o leitor interpretar que “Patrício” é o nome do pai de “Cândida”, ou se trata do homem por quem a personagem está apaixonada.

Artigo 3:

(B) Partimos do pressuposto básico de que é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum gênero, assim como é impossível se comunicar verbalmente a não ser por algum texto. Em outros termos, partimos da idéia de que a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual. **Essa posição, defendida por Bakhtin [1997] e também por Bronckart (1999)** é adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais.

Nos dois excertos acima, observa-se que o PDV é construído conjuntamente, no excerto (A) L1/E1 busca o apoio de um enunciador especialista para compor seu PDV, que é, a partir deste apoio, uma co-construção com a voz do especialista atuando como co-enunciador. No trecho negrito, neste fragmento, uma fala da co-enunciador, que assinala seu PDV afirmado, “este pronome” retoma imediatamente o que fora dito por L1/E1 acerca das marcas pronominais num texto que estava analisando. No entanto, L1/E1 ultrapassa a mera noção de concordância quando complementa com sua observação de que naquele caso o pronome fora mal utilizado: Porém o pronome “dele” causa uma ambiguidade no sentido, pois não foi especificado a quem este faz referência. Neste caso o conectivo “porém” apresenta um argumento para o que defende no texto, o fato de que não basta usar conectores se não se faz a referência adequada. Tal recurso constitui evidência de que os enunciadores em questão encontram-se em posição de concordância. Trata-se de uma prise en compte no grau

máximo estabelecida no acordo ente L1/E1 e e2, não se constitui numa imputação, uma vez que a fala do outro enunciador (Fávero) é integralmente reportada pelo uso das aspas. . Essa prise en compte configura-se como uma caso de PEC, indicando um grau máximo de asserção, em que o conteúdo é assumido e tomado como “verdadeiro” pelo e2. Nesse trecho, a PEC desempenha um papel específico, contribuindo para reforçar a orientação argumentativa do texto, na medida em que, para fazer valer a posição defendida, L1/E1 ancora seu PDV no PDV do enunciador especialista e ainda acrescenta um argumento original não contido em e2. Pode-se também afirmar que o PDV de e2 tem um papel fundamental na construção do PDV de L1/E1, ou seja, o PDV principal que guia a orientação argumentativa do texto. Da mesma forma o excerto em B, também se realiza na concordância, com uma diferença: no caso, a fala de e2 não sendo transcrita se realiza numa imputação de L1/E1 a e2, de todo modo, a simetria enunciativa, evidenciada em ambos os casos evidenciam que L1/E1 dá credibilidade ao que é dito e interpretado pelos e2, mas, isso, de forma alguma, os impede de manifestar seu próprio PDV, como evidenciado acima em que ambos (excerto A e B) trazem seus próprios PDV’s em adição ao PDV de e2, que nem sempre é a representação de que se alinham ao PDV de e2, sendo interpretado, no caso do excerto B, como uma inferência de L1/E1 a partir de algo que é dito por e2 como algo que este defenda ou tenha dito.

3.2 Das ocorrências de subenunciação

(C) Artigo 1

Todo texto bem elaborado deve apresentar um conjunto de características denominadas de textualidade, que passa a ser discutida a partir dos estudos de Beaugrande e Dressler (apud Koch, 2002, p. 8), e possui os seguintes critérios textuais: coesão e coerência, como fatores linguísticos, e informatividade, situacionalidade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, como fatores extralinguísticos.

De acordo com Koch (2002, p.7), “um texto não é simplesmente uma sequência de frases isoladas, mas uma unidade linguística com propriedades estruturais específicas”, *essas propriedades estruturais estão relacionadas a dois dos critérios de textualidade, a coesão e a coerência, pois essas contribuem diretamente com a formação do texto. A primeira se trata da manifestação materializada da segunda, visto que “a coerência diz respeito ao nexos entre os conceitos e a coesão, a expressão desse nexos no plano linguístico”* (Costa Val, 1994, p.7).

(D) Artigo 2:

Contrária às ideias iluministas, *a antropologia “tem tentado encontrar seu caminho para um conceito mais viável sobre o homem, no qual a cultura e a variabilidade cultural possam ser mais levadas em conta”* (Geertz, 1989, p.27), *porém, o autor também julga ser necessário ter cuidado ao direcionar os estudos referentes ao ser humano, visto que este possui uma complexidade imensa que ainda não se encontra ordenada, de forma que há o perigo de perder por completo a perspectiva de homem.*

Nestes excertos observam-se dois recortes de subenunciação, em que um ponto de vista é apresentado como pertencente a outra fonte externa a L1/E1, não há em nenhum trecho de ambos os excertos qualquer apresentação de algum argumento ou proposição original de L1/E1 tendo como ancoragem o PDV expresso por e2. Tal modelo de enunciação caracteriza a subenunciação descrita por Rabatel (2007,p.): segundo o autor a subenunciação consiste numa construção desigual do PDV (em dissimetria) em que a proposição do PDV de L1/E1 (resultante de uma dada predicação) é apresentada como decorrente de um PDV externo, nesse jogo a proposição do PDV externo se avoluma em detrimento do apagamento da proposição do PDV de L1/E1, como se ele não fosse de fato o enunciador do PDV.

No segundo excerto (D), pode-se ficar tentado a classificá-lo como uma co-enunciação, por causa do conectivo “porém” em que se esperaria uma reorientação argumentativa, que de fato ocorre, mas a atribuição desta porção de texto à e2 evidencia que tal reorientação não é de autoria de L1/E1, sendo antes, uma imputação a e2. O trecho negrito em (D) representa o ponto de vista dominado,

uma conclusão a que L1/E1 retorna para definir um conceito ou raciocinar a partir de uma perspectiva que não é dele, e traz em seu texto os sinais de distanciamento em relação ao que ele reporta, o aspeamento e a menção a autor/data.

3.3 Das ocorrências de sobrenúnciação

(E) Artigo 2:

As ideias referentes à cultura indígena expressas nos primeiros trabalhos antropológicos têm reflexos ainda hoje, resultando no pensamento preconceituoso da sociedade brasileira, que preserva a ideia de que o índio não passa de um selvagem culturalmente atrasado, como descreve o próprio Freyre. O que mais intriga nessa situação é o fato de a cultura das tribos indígenas brasileiras terem absorvido características dos costumes dos “brancos” e ainda assim a população relaciona a imagem do nativo à figura encontrada na época do Brasil colônia.

(F) Artigo 3:

Como afirmado, não é difícil constatar que nos últimos dois séculos foram as novas tecnologias, em especial as ligadas à área da comunicação, que propiciaram o surgimento de novos gêneros textuais. Por certo, não são propriamente as tecnologias per se que originam os gêneros e sim a intensidade dos usos dessas tecnologias e suas interferências nas atividades comunicativas diárias. Assim, os grandes suportes tecnológicos da comunicação tais como o rádio, a televisão, o jornal, a revista, a internet, por terem uma presença marcante e grande centralidade nas atividades comunicativas da realidade social que ajudam a criar, vão por sua vez propiciando e abrigando gêneros novos bastante característicos. Daí surgem formas discursivas novas, tais como editoriais, artigos de fundo, notícias, telefonemas, telegramas, telemensagens, teleconferências, videoconferências, reportagens ao vivo, cartas eletrônicas (e-mails), bate-papos virtuais (chats), aulas virtuais (aulas chats) e assim por diante. Seguramente, esses novos gêneros não são inovações absolutas, quais criações ab ovo, sem uma ancoragem em outros gêneros já existentes. O fato já fora notado por Bakhtin [1997] que falava na 'transmutação' dos gêneros e na assimilação de um gênero por outro gerando novos. A tecnologia favorece o surgimento de formas inovadoras, mas não absolutamente novas.

(G) Artigo 4:

Placing the primary determinant of genre-membership on shared purpose rather than on similarities of form or some other criterion is to take a position that accords with that of Miller (1984) or Martin (1985). The decision is based on the assumption that, except for a few interesting and exceptional cases, genres are communicative vehicles for the achievement of goals. [G1]At this juncture, it may be objected that “purpose” is a somewhat less overt and demonstrable feature than, say, form and therefore serves less well as a primary criterion. However, the fact that purposes of some genres may be hard to get at is itself of considerable heuristic value. Stressing the primacy of purpose may require the analyst to undertake a fair amount of independent and open-minded investigation, thus offering protection against facile classification based on stylistic features and inherited beliefs, such as typifying research articles as simple reports of experiments.

O primeiro dos excertos acima (E) combina dois PDV's: um afirmado, é o PDV de L1/E1 acerca de e2, e um PDV representado de e2, em que lhe é imputada a percepção de que o índio é um ser atrasado e primitivo, neste segmento L1/E1 afirma seu pdv a respeito do outro, descrevendo seu modo de agir. Essa percepção é deflagrada nas formas nominais “pensamento preconceituoso” e “ideia de que o índio não passa de um selvagem” e no enunciado “resultando no pensamento preconceituoso da sociedade brasileira”, que pressupõe, acerca de e2 um modo de pensar do qual L1/E1 não compartilha.

É deste modo que Rabatel (2009) contrapõe PEC e imputação: enquanto a PEC define

uma responsabilidade integral de L1/E1 na expressão de seu pdv, ela é limitada ou pressuposta ao remeter-se a um pdv de outro. Na verdade, L1/E1 até assume a imputação mas não o conteúdo imputado, sendo esse conteúdo atribuído a e2 (pertencente a outro enunciador). Desta relação decorre a disjunção entre locutor e enunciador. Nos segmentos destacados do excerto acima, L1/E1 assume a imputação, na medida em que é o responsável pela representação de um conteúdo perceptual atribuído a e2, nisto reside o distanciamento, pois L1/E1 não assume o conteúdo perceptual do pdv representado de e2. Neste excerto, observa-se ainda um outro enunciador, descrito por L1/E1 como a fonte donde emanariam os pensamentos que influenciam a sociedade (e2), esse terceiro enunciador é o antropólogo, a cujas ideias L1/E1 se contrapõe. Em outras palavras, L1/E1 parte do pressuposto de que a “sociedade brasileira” tem uma certa ideia a respeito do índio, a de um “selvagem”, é esse posicionamento que L1/E1 critica, mas claro está que ele não é o responsável por essa percepção. Trata-se de um saber social em que está ancorada a memória discursiva a respeito da relação entre o homem branco e o índio e esse espaço interdiscursivo é que permite a representação do PDV imputado. Ao referir-se à sociedade (objeto de discurso) L1/E1 retoma e reapresenta uma percepção socialmente construída de uma sociedade brasileira arraigada aos modelos de pensamento etnocêntrico, o que lhe permite imputar um PDV e assinalar, implicitamente, a existência de uma perspectiva divergente do PDV principal.

Há ainda um outro conceito associado ao PDV que atua na sua representação (tanto quanto a PEC e imputação), é a “prise en compte”. Rabatel (2009) contrapõe a PEC à prise en compte a partir da noção de imputação. A prise en compte difere da PEC na medida em que implica numa tomada de posição ou em assunção de um conteúdo, apenas uma forma de integrá-lo no discurso. Deste modo, entende-se que a prise en compte implica PDV's imputados por L1/E1 aos outros enunciadores, o PDV de e2 (sociedade brasileira) no excerto anterior evidenciou que L1/E1 integrou as percepções de outro em seu discurso, mas não o assume como seu, é por isso que pode ser entendido como uma prise en compte, mas não como PEC, na medida em que L1/E1 não assume o PDV como seu, e, mais, trata-se de uma prise en compte no desacordo, na medida em que este enunciador não valoriza este pdv, ao contrário, desaprova-o, criticando tal modo de agir.

Para Laurendeau (1989a; 2009) toda PEC é, necessariamente, uma prise en compte, mas o oposto não é verdadeiro, nem toda prise en compte é uma PEC, na medida em que não precisa ser assumida por L1/E1, donde se compreende que prise en compte é um fenômeno mais amplo do que a PEC. Partindo-se da perspectiva deste autor compreende-se que a imputação corresponde a uma não asserção ou desasserção por parte de L1/E1 que, não assumindo integralmente a responsabilidade pelo conteúdo proposicional, coloca-se à distância em relação a e2. Desta forma, essa não asserção se configura como uma objeção ao pdv de outro, como no pdv imputado à sociedade, nos excertos (E) e (G).

Mas, por outro lado, pode haver, como no excerto (F), um caso de prise en compte no acordo. Neste caso a imputação pode se tornar uma PEC, que, como forma de prise en compte, indica asserção no grau máximo em relação a um conteúdo, ou seja, a PEC integral corresponde a um caso de prise en compte em maior grau e a PEC com responsabilidade limitada (imputação) equivaleria a um grau mínimo, nesse sentido pode-se falar em gradação, não da PEC, mas da prise en compte.

No fragmento sublinhado do excerto F encontra-se, anteposto à remissão à voz do especialista (e2) em quem L1/E1 ancora sua argumentação, o seu argumento representando uma reorientação argumentativa em relação à proposição inicial, como a voz do especialista é usada para confirmar seu PDV configura-se uma simetria enunciativa, uma prise en compte no grau máximo. No caso do segmento (G), há inicialmente uma remissão à voz de especialistas e2 representados pelo discurso citado (na evocação aos autores). No entanto, como a fala dos especialistas não é diretamente reportada, mas apresentada num PDV representado, a posição dos especialistas lhes é imputada no excerto pelas formas nominais “communicative vehicles” e “achievement of goals” como critérios de definição de gênero. Ao que L1/E1 parece se opor no fragmento (subclassificado como G1) por meio da forma verbal “may be objected”. Esta reorientação argumentativa também pode ser classificada como uma imputação, a outros que não são os especialistas mencionados, tampouco o enunciador L1/E1. A reorientação argumentativa que parte de L1/E1, resulta no trecho seguinte, sublinhado e

sem negrito, introduzido pelo conectivo “however” em que L1/E1, parece, de certa forma, se alinhar com a proposição supostamente proposta por e2. Tal alinhamento não parece se configurar como co-enunciação porque não há uma concordância no acordo, parecendo, antes situar-se num ponto entre o consenso e o dissenso: a concordância discordante, configurando, assim, a sobrenunciação.

Conclusão

As considerações anteriores levam a ponderar sobre o papel das posturas enunciativas na construção dos PDV's. Primeiramente é forçoso lembrar que tais posturas implicam em questões importantes na problemática do pdv e hierarquização das posturas enunciativas: a coenunciação não se evidencia, necessariamente, pela igualdade na distribuição das falas. Assim, mesmo que haja um locutor dominante, que fala mais, isso não significa exatamente que haja dissimetria de posições enunciativas, e, portanto, pode haver, sim, coenunciação em tal arranjo textual. Essa observação permite concluir que as posturas enunciativas não dependem da quantidade de falas proferidas por cada locutor/enunciador, mas das relações que eles mantêm entre si e, sobretudo, da maneira como os PDV's são representados. Donde também se conclui que um locutor não pode ser considerado subenunciador apenas se falar menos ou sobrenunciador se falar mais, bem como a assunção de uma postura ou outra postura, sobrenunciação ou subenunciação, não implica, necessariamente, superioridade ou inferioridade enunciativa, logo não se pode avaliar como sendo melhor ou se sabe mais este ou aquele enunciador, mas, apenas que a postura de sobrenunciação implica em apresentar o enunciador como avalista da verdade, apresentando seu pdv como fidedigno. Esse tipo denunciador mantém sua posição colocando-se no centro da interação, de tal forma que seu PDV se configura como tópico discursivo.

Nesta relação entre enunciadores, tensionada e caracterizada pela instabilidade das posturas enunciativas, revela-se uma disputa de lugares, a partir dos quais o sobrenunciador se afirma, alçando seu PDV a uma posição dominante no texto, em detrimento da posição de subenunciação em que o PDV é colocado em uma posição dominada.

Além disso, observou-se a oscilação na ocorrência dos três tipos de postura, o que leva a considerar que no estudo das posturas enunciativas é relevante verificar a disposição das posturas: ainda que ocorra, predominantemente, um tipo de postura, atravessando o texto de ponta a ponta, isso não significa que não possa ocorrer outras posturas que se manifestam localmente. Tal oscilação resulta da instabilidade dos lugares enunciativos ou ocorre em função dos gêneros, (Rabatel, 2006). De forma que a opção por uma das posturas pode ser determinada por gêneros em que vários locutores interagem ou pode ocorrer alternância das posturas em função da orientação argumentativa.

Diante do exposto neste artigo conclui-se pela vantagem de uma leitura mais fina das questões de posicionamento enunciativo em textos acadêmicos, levando, por fim, à uma última observação: à primeira vista, a noção de que um enunciador mobilize o discurso outro por quadros mediadores, identificados por fórmulas como “de acordo com” e suas variantes, ou ainda a simples menção ao discurso outro por meio de uma evocação ou reformulação, não indica necessariamente uma desresponsabilização por parte de L1/E1 como se tem visto em alguns trabalhos. Muitos autores, partindo de Adam (2011), entendem a mobilização a um discurso outro como um indício de desresponsabilização, o que o exame das posturas demonstrou ser um equívoco, uma vez que a responsabilização, sendo um fenômeno muito mais relacionado ao texto como todo (ao contrário da PEC que incide sobre o enunciado) estaria mais relacionada à configuração textual que resulta da questão das posturas enunciativas do que à menção de um discurso reportado.

Referências Bibliográficas

- ADAM, J-M. **A linguística textual. Introdução à análise textual dos discursos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- COLTIER, Daniele; DENDALE, Patrick & DE BRABANTER, Philippe (2009). La prise en charge mise en perspective. **Langue Française**, 162, p. 3-27.

DESCLÉS, Jean-Pierre (2009). Prise en charge, engagement et désengagement. **Langue Française**, 162, p. 29-53

KOCH, I. V. Referenciação e orientação argumentativa. In KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. **Referenciação e Discurso**. São Paulo: Contexto, p. 33-52, 2005.

LAURENDEAU, Patrick (2009). Préassertion, réassertion, désassertion: construction et déconstruction de l'opération de prise en charge. *Langue Française*, 162, p. 55-69.

MOIRAND, S. Du traitement différent de l'intertexte selon les genres convoqués dans les événements scientifiques à caractère politique. **Semen**, 13. 14p, 2001. <http://semen.revues.org/2646>. Consulta em 27/08/2014.

_____. Responsabilité et énonciation dans la presse quotidienne: questionnements sur les observables et les catégories d'analyse. **Semen**, 22. 13p, 2006. <http://semen.revues.org/2798>. Consulta em 03/09/2014.

RABATEL, A. La déliaison des énonciateurs et les locuteurs dans la presse satirique. **Langage et Société**, 110, p.7 – 23, 2004.

_____. La part de l'énonciateur dans la construction interactionnelle des points de vue. **Marges linguistiques** 9, p.115-136, 2005.

_____. Les postures énonciatives dans la co-construction dialogique des points de vue : coénonciation, surénonciation, sousénonciation. In : Bres, J., Haillet, P.-P., Mellet, S., Nolke, H. & Rosier, L., (éds.). **Dialogisme, polyphonie : approches linguistiques**. Bruxelles : Duculot. p. 95-110, 2005.

_____. Prise en charge et imputation, ou la prise en charge à responsabilité limitée... **Langue Française**, 162. p. 71-87, 2009.

_____. Retours sur les relations entre locuteurs et énonciateurs : des voix et des points de vue. Colloque polyphonie, Blaise-Colas, M. Kara, M. et Perrin, L. (éds). **Recherches linguistiques**, Metz: Celled/université de Metz, 2009.

RABATEL, Alain & CHAUVIN-VILENO, Andrée (2006). La question de la responsabilité dans l'écriture de presse. **Semen**, 22, Énonciation et responsabilité dans le médias. <http://semen.revues.org/document2792.html>. Consulta em 02/08/2014.